

Ex-parlamentares ainda brigam por imóvel

Cezar Motta

Quatro meses depois de vencido o prazo para devolução dos imóveis funcionais por parte dos parlamentares que não se reelegeram, sete apartamentos exclusivos de deputados e um de senadores continuam sendo ocupados por ex-parlamentares. Um deles, o apartamento 101, do bloco I da SQN 302, continua em poder do ex-deputado Raymundo Urbano, que terminou seu último mandato em 1987 e hoje é consultor Jurídico do Instituto de Pensões dos Congressistas (IPC). A Câmara dos Deputados está na Justiça contra ele, com ação de despejo, desde 1989.

No Senado, o único apartamento ainda ocupado por ex-parlamentar é o que tem como morador o ex-senador Mendes Canale, do Mato Grosso do Sul, e que atualmente tem o emprego de consultor-geral do Senado. Canale, no entanto, fez um acordo com o Senado: fica no apartamento que ocupava como senador até que o seu próprio imóvel, que está alugado, seja desocupado pelo atual inquilino. Como não houve acordo, Canale está na Justiça contra o inquilino, com ação de despejo, um processo sempre demorado. Dos três senadores e oito deputados por Brasília, apenas o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB) ocupa apartamento funcional. Os outros residem em imóvel próprio. Até mesmo os petistas Chico Vigilante e Maria Laura.

Reintegração de Posse — São os seguintes os apartamentos que continuam ocupados por ex-parlamentares:

- SQS 311 — bloco I — apto. 201 — ex-deputado Ismael Wanderley (RN).
- SQN 202 — bloco I — apto. 102 — ex-deputado Sérgio Werneck (MG).
- SQN 202 — bloco I — apto. 404 — ex-deputado Chico Humberto (MG).
- SQN 302 — bloco C — apto. 103 — ex-deputado Hilário Braum (RS).
- SQN 302 — bloco E — apto. 102 — ex-deputado Mozarildo Cavalcanti (RR).

RONALDO DE OLIVEIRA



Apartamento de Chico Humberto na 202 Sul: sem a reeleição, fica para o filho estudar Direito na Universidade de Brasília

■ SQN 302 — bloco E — apto. 604 — ex-deputado Walmor de Luca (SC).

■ SQN 302 — bloco I — apto. 101 — ex-deputado Raymundo Urbano (BA).

Todos eles, à exceção de Walmor de Luca, estão sendo acionados junto à Procuradoria Geral da República com pedido de reintegração de posse. Walmor de Luca hoje é assessor parlamentar do ministro da Saúde, Alcení Guerra, junto com os também ex-deputados Pedro Canedo e Joaquim Sucena, além do ex-senador Mário Maia. Eles estão encarregados por Alcení de receber parlamentares, atender a pedidos e encaminhar reivindicações que eles próprios não tenham autonomia para resolver. “Eu vou receber um apartamento funcional do Executivo.

Sou funcionário público de carreira há 27 anos e fui deputado por quatro legislaturas. Enquanto não consigo um novo apartamento, fiz um acordo com a Câmara para ocupar este”, diz Walmor de Luca, que foi secretário de Saúde do governador Pedro Ivo, em Santa Catarina, e ocupou o cargo nos últimos oito meses do governador Casildo Maldaner, que substituiu Pedro Ivo. “Até o final do mês eu devolvo o apartamento que ocupo”, promete Walmor, um respeitado político, médico e ex-peemedebista.

“Até o final do mês eu entrego o apartamento”, promete também Raymundo Urbano, o caso mais complicado para a segunda secretaria resolver. Toda vez que era cobrado, dizia que mantinha os direitos sobre o imóvel por ser funcionário de alto nível da Casa.

Recentemente, Raymundo Urbano recebeu mais uma intimação para deixar o apartamento, e garantiu que desta vez sai, logo que consiga desocupar um apartamento que comprou.

Auxílio-moradia — A Câmara dos Deputados tem 432 apartamentos para 503 deputados, atualmente. Os excedentes, ou seja, os parlamentares que não conseguem um imóvel, recebem um auxílio moradia de Cr\$ 294 mil mensais. O Senado tem 72 apartamentos, todos na SQS 309, para 81 senadores. O auxílio-moradia para os excedentes é o mesmo da Câmara e, oficialmente, não há nenhum ex-senador ocupando imóvel. Mas há o ministro Carlos Chiarelli, ex-senador, que ainda mora em um apartamento do Senado. E há o caso Mendes Canale. Cada apartamento da

Câmara ou do Senado tem quatro ou cinco quartos, salão e dependências, todos grandes e modernos. Quando o parlamentar recebe o apartamento para morar recebe junto os móveis de quarto, da sala de jantar, os eletrodomésticos todos (menos televisão e vídeo), mais fogão. A taxa de condomínio é pouco superior a Cr\$ 100 mil mensais, e cada bloco tem uma equipe de porteiros, zeladores, faxineiros, todos contratados de firmas que prestam serviços ao Legislativo.

O ex-deputado Ismael Wanderley mantém fechado até hoje o apartamento que ocupava como parlamentar na SQS 311, bloco I. Ele está morando no Rio Grande do Norte, onde sua mulher Ana Catarina, filha do ex-ministro e atual deputado Aluizio Alves, é vereadora e presidente

da Fundação de Serviço Social. Ismael não entrega o apartamento sob a alegação de que aguarda uma nomeação para um cargo no Executivo, aqui em Brasília.

Na SQN 202, o ex-deputado Sérgio Werneck, de Minas Gerais, partiu para seu estado natal e deixou ocupando o apartamento 102, bloco I, um sobrinho estudante, que passa o dia fora e só retorna à noite. No mesmo bloco, mas no apartamento 404, o ex-deputado Chico Humberto, de Minas Gerais, também foi embora, mas deixou o filho Marciliano, que estuda Direito na UnB. Marciliano, de 19 anos, está aos cuidados de uma empregada doméstica, que lhe prepara comida e arruma a casa. No apartamento ainda há tapetes, quadros e dois sofás brancos de propriedade de Chico Humberto, cujo grande empenho na Constituinte foi criar o Estado do Triângulo, a ser desmembrado de Minas Gerais.

Findo o mandato, o parlamentar tem 30 dias para devolver o imóvel, mesmo prazo dado aos militares que ocupam imóveis funcionais e que se reformam, indo para a reserva. A desculpa de que continuam morando em Brasília não justifica a manutenção do imóvel. Há inclusive parlamentares de outros estados que não ocupam imóveis da Câmara por terem residência própria, como Paes Landim (PFL-PI), e outros que concluíram o mandato, continuaram morando em Brasília e não mantiveram os apartamentos, como Renan Calheiros, Paes de Andrade, José Costa, José Lins, Paulo Lustosa.

O que acontece mais comumente é que um deputado ou senador que não se reelegeu repasse o apartamento que ocupava para um que chega. Por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva repassou seu apartamento para José Cicote, Anna Maria Rattes para Sérgio Arouca, Aldo Arantes para Jandira Feghali. O deputado Carlos Santana (PT-RJ), jovem (27 anos) e humilde, preferiu morar em uma vaga de pensão, dispensando o apartamento funcional e o auxílio-moradia. O senador José Eduardo Andrade Vieira, dono do Bamerindus, por razões opostas, também recusou apartamento e auxílio-moradia. Comprou uma mansão em que reside confortavelmente.